

DESAFIOS EM GARANTIR O ENSINO PARA SURDOS NA PERSPECTIVA BILÍNGUE, PELO OLHAR E REFLEXÃO DA EXPERIÊNCIA DE BOLSISTAS PIBID.

MOTA, Leila¹
TAVARES, Gleice²

COSTA, Tuan³

REIS, Wellen⁴

RESUMO: O presente trabalho aborda experiências vivenciadas pelos bolsistas do Projeto Interdisciplinar Práticas Literárias na Inclusão do aluno surdo, Língua Portuguesa e Libras do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) da Universidade Federal do Pará/UFPA-Bragança, que apresenta uma análise realizada na escola Bolívar Bordallo da Silva. Desse modo, objetiva-se na pesquisa analisar o ensino de duas línguas (L1 e L2) Língua Portuguesa e Língua de sinais para os alunos surdos, no contexto do bilinguismo, como também, refletir sobre as práticas bilíngues dentro do contexto de sala de aula, assim como analisar o funcionamento em contraste com o que está assegurado nas leis e a realidade, e por fim, discutir as influências do oralismo no processo de implementação da educação bilíngue no Brasil. Utilizou-se como base para a pesquisa os estudos de Müller (2006), no qual aborda-se como ocorre o processo de alfabetização da criança surda, discutiu-se as críticas da educação especial e oralismo dominante de Skliar (2013) e por fim, a oposição ao modelo de Educação Especial proposto pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA) de Mota (2020). Portanto, na pesquisa observamos a importância de entendermos a aplicação do ensino bilíngue desde os anos iniciais nas escolas, e analisamos a necessidade de interação da (L1 E L2) para o aluno surdo. Desse modo, encontramos os dilemas enfrentados para o funcionamento do ensino bilíngue. Diante do exposto, apontam os problemas a serem enfrentados e sanados na perspectiva da Educação Bilíngue para surdos.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas literária, educação básica, inclusão de surdos.

ABSTRACT: This work will address experiences experienced by scholarship holders of the Interdisciplinary Project Literary Practices in the Inclusion of deaf students, Portuguese and Libras of the institutional teaching initiation scholarship program

¹ Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLIT-Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT. Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia-PPLSA/ pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Língua Brasileira de sinais pela Faculdade Ipiranga, professora de Língua de Brasileira de sinais-Libras na Universidade Federal do Pará – Campus universitário de Bragança. E-mail: profleilamotta@gmail.com

² Graduando do Curso de Letras língua portuguesa da – UFPA. E-mail: gleicetavares20@gmail.com

³ Graduando do Curso de Letras língua portuguesa da – UFPA. E-mail: ericktuan2@gmail.com

⁴ Graduando do Curso de Letras língua portuguesa da – UFPA - E-mail: wellen.reis@braganca.ufpa.br

(PIBID) of the Federal University of Pará/UFGA-Bragança, carried out at the Bolívar Bordallo school da Silva. Thus, the objective of the research is to analyze the teaching of two languages (L1 and L2) Portuguese and Sign Language for deaf students, in the context of bilingualism, as well as reflect on bilingual practices within the classroom context. , analyze the functioning in contrast to what is guaranteed by laws and reality, and finally, discuss the influences of oralism in the process of implementing bilingual education in Brazil. Therefore, this work becomes relevant to promote reflections on the need to understand the importance of applying bilingual education from the earliest years in schools. Studies by Müller (2006) were used as a methodological procedure, in which He addresses how the deaf child's literacy process occurs, as well as criticism of special education and dominant oralism by Skliar (2013) and, finally, opposition to the model of Special Education proposed by the Department of Education of the State of Pará (SEDUC/PA) by Mota (2020). Therefore, it was noticeable to observe the dilemmas faced in the functioning of bilingual education, mentioned in the research, through socializations, conversations with the school staff and students. Given the above, it is clear the problems to be faced and resolved from the perspective of Bilingual Education for the deaf.

KEYWORDS: Literary practices, basic education, inclusion of deaf people.

1 INTRODUÇÃO

As línguas são competências dos seres humanos e assumem um papel de suma importância na comunicação dos indivíduos em sociedade. Dessa forma, assim como os ouvintes usam da língua Portuguesa para comunicar-se, os surdos utilizam a língua de sinais de seu país, criada para usarem nos seus meios sociais, profissionais, como também nas escolas, que será o meio abordado neste estudo.

A presente pesquisa foi possível a partir das vivências durante o projeto interdisciplinar de práticas literárias na inclusão do aluno surdo, Língua Portuguesa e Libras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal do Pará (UFGA) - Campus Bragança, que possibilita a participação do discente no contexto escolar. Nesse cenário, foram observadas as dificuldades em efetivar o ensino bilíngue para alunos surdos na escola EEEFM PROF BOLIVAR BORDALLO DA SILVA.

Apesar do ensino da pessoa surda ser assegurado pela lei 10.436/2002, que garante ao surdo o direito desde a educação infantil, o ensino da Libras, juntamente com a Língua Portuguesa, como segunda língua, propostas estas que estão presentes no decreto 5,626/2005. Entretanto, a educação da pessoa surda no estado Pará, ainda segue as práticas da educação especial, conforme Mota (2020):

A proposta atual curricular do ensino básico do Estado do Pará para atender os alunos Surdos do fundamental ao ensino médio, conforme as informações da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA) seguem a Instrução Normativa Nº 001/2018 - GS/SEDUC, de 12 de abril de 2018, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede estadual de ensino – Em escolas, Unidades, Centros e Núcleos Educacionais Especializados, públicos e privados filantrópicos, sem fins lucrativos, conveniados com a Secretaria de Estado de Educação. (MOTA, 2020).

Conforme Quadros *apud* Mota (2020) as escolas deveriam organizar o currículo dentro de uma concepção visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos ministrados na própria Língua dos alunos Surdos. Ações estas não encontradas no dia a dia escolar da instituição que foi campo para a pesquisa, e como também não ocorrem na maioria das escolas estaduais e particulares do município do estado do Pará.

Outra observação apontada por Mota (2020) é o modelo atual de ensino proposto pela Secretaria de educação do estado Pará-SEDUC/PA, atualmente a oferta do ensino para os estudantes surdos, tanto estudantes Surdos no ensino médio quanto fundamental maior, não tem o acompanhamento do profissional tradutor e intérprete de Libras nas salas do ensino regular, somente no Atendimento do ensino especializado/AEE, essa prática contribui para que muitos surdos não alcancem a aprendizagem significativa igualmente aos estudantes ouvintes.

Portanto, o modelo atual de educação para surdos, continua sendo excludente, não oportunizando os estudantes surdos de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem conforme a proposta da declaração de Salamanca (1994), é exatamente isso que os sistemas educacionais deveriam oferecer.

Diante dessas problemáticas citadas e outras vivenciadas pelos estudantes justamente para problematizar o atual modelo de ensino proposto pela SEDUC/PA, ainda nos moldes da Educação Especial em que os surdos foram inseridos, que trouxe junto a ele o estigma de ser faltante/deficiente surdos faz-se relevante à pesquisa, e tentar mostrar que é necessário entendermos as diferenças e aplicar o ensino bilíngue o quanto antes. Para tanto, é importante reconhecer as línguas que este indivíduo tem ao seu redor e trabalhá-las de maneira correta, pois a interação dessas duas línguas (Língua de sinais e Português) irá possibilitar ao aluno formar seu repertório cognitivo para diferentes

contextos educacionais e sociais.

Assim, objetiva-se na pesquisa analisar o ensino dessas duas línguas (L1 e L2) para os alunos surdos, na perspectiva do bilinguismo, refletir sobre as práticas bilíngues dentro do contexto de sala de aula, assim como, analisar o funcionamento em contraste com o que está assegurado nas leis e a realidade de fato. Por fim, discutir as influências do oralismo no processo de implementação da educação bilíngue no Brasil.

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve como suporte teórico bibliográfico na qual o arco de abrangência é sobre abordagem de estudos na área da educação de surdos, que permitiu a investigação a respeito da aprendizagem dos estudantes surdos e uma discussão que possibilitou estudarmos a respeito à realidade escolar dos estudantes surdos dentro de uma escola básica do ensino médio.

O presente estudo foi organizado nas seguintes etapas: a) suporte teórico bibliográfico; b) levantamento e organização dos dados bibliográficos; c) pesquisa de campo; d) seleção e análise de dados. Na primeira etapa, o embasamento teórico da pesquisa foi essencial para discutirmos acerca das literaturas referentes à área dos estudos da educação de surdos, educação bilíngue e cultura surda. Na etapa seguinte, os dados considerados foram realizados através das observações feitas em sala de aula, que foram realizadas nos meses de maio de 2023 a janeiro de 2024, durante a pesquisa de campo na EEEFM Prof Bolivar Bordallo da Silva no município de Bragança-Pa, onde foi desenvolvido o Projeto interdisciplinar de Práticas Literárias na Inclusão do aluno surdo, Língua Portuguesa e Libras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Bragança/PA.

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa para observar as práticas de ensino da L1 e L2 dos alunos surdos. Nesse viés, consegue-se um contato maior com os alunos, considerando o contexto do aluno surdo.

Ao se tratar do modo de avaliação dos dados analisados nas aulas no decorrer da execução projeto Programa Institucionais de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e na escola em geral, optou-se pela abordagem qualitativa de Pope; Mays, 2005 que diz:

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (POPE; MAYS, 2005, p. 13).

Além disso, outra maneira que contribuiu para seleção e análise de dados desse estudo foi através da observação do ambiente escolar, as observações dos participantes da pesquisa foi de grande importância, pois de acordo com Ritchie (2003) através da observação tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, relações pessoais e características de acordo com cada local (escola) a ser observado, afinal é nesse modo de pesquisa que o pesquisador se insere nessa realidade e participa das experiências juntamente com o meio escolar, deixando de lado o papel de apenas espectador, para ser participante.

Como objeto de análise, utilizamos como fonte, os estudos de Müller (2006), no qual aborda como ocorre processo de alfabetização da criança surda, assim como, as críticas à educação especial e oralismo dominante de Skliar (2013) e por fim, a crítica ao modelo de educação especial proposto pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA) de Mota (2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se entender o bilinguismo para as crianças surdas nas escolas como duas línguas que passam a conviver no espaço escolar, a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais, que irão ser ensinadas não somente dentro da sala de aula, mas desde o nascimento, atendendo assim às necessidades da pessoa surda. Podendo ser escolhida qual será a primeira e a segunda. Assim, a escola pensará em uma forma de inserir as duas línguas de uma forma leve e acessível, como também, terá que realizar as atividades, materiais didáticos adequados pensando em atender de forma correta a demanda de cada aluno.

Sendo assim, e para fomentar a luta pelos direitos da pessoa surda Skliar diz:

[...] em síntese: a educação bilíngue, numa perspectiva crítica, poderia transformar as relações sociais, culturais e institucionais através das quais são geradas as representações e significações hegemônicas/ouvintistas sobre a surdez e sobre os surdos. (Skliar 2013, pág. 13)

Dessa forma, não basta a Educação Bilíngue ser implementada nas escolas, os alunos precisam ter ciência de seus direitos para assim viver de forma mais inclusiva no seu dia a dia. Assim como as outras pessoas precisam se conscientizar e pôr em prática as leis que assegurem essa inclusão, não somente no contexto escolar mas sim diante a sociedade em geral.

Segundo as pesquisas sobre o processo de alfabetização da criança surda, é um consenso o fato de que o aluno precisa primeiro aprender a ler os sinais da sua L1 para depois começar seu processo de letramento na sua L2 (língua portuguesa). Consequentemente essa atividade de aquisição da língua de sinais ocorre de forma plena e de modo mais natural/menos traumática durante as relações interpessoais no dia a dia, não basta somente a sala de aula e sim o meio em que essa criança está inserida colaborar e incentivar o seu desenvolvimento e uso desde cedo. Assim como reforçar os multiculturalismos da comunidade surda, que ajudam na difusão das identidades surdas desses sujeitos. Conforme Müller (2006):

[...]As crianças com acesso a língua de sinais desde muito cedo, desfrutam da possibilidade de adentrar o mundo da linguagem com todas as suas nuances. A língua de sinais vai ser adquirida por crianças surdas que tiverem a experiência de interagir com usuários de língua de sinais. Se isso acontecer, por volta dos dois anos de idade, as crianças estarão produzindo sinais usando um número restrito de configurações de mão [...] (Müller, 2006, pág.20)

A vista disso, as crianças que têm acesso às línguas de sinais desde muito cedo (bebês) tendem a ter maiores possibilidades de desenvolver a língua brasileira de sinais com todas as suas variantes. Dessa forma, suas dificuldades de aprendizagem da L2 são diminuídas, afinal infere-se que essa criança já vem de casa com a sua L1 em desenvolvimento (língua de sinais), diferente de filhos de pais ouvintes que não sabem como ajudar os filhos nesse processo e acabam por não ensiná-los sua língua materna.

Ademais, ao se tratar dos processos de aquisição e aprendizado de línguas deve-se ter em mente as diferenças entre esses dois processos. No que se refere à aquisição da sua língua materna, o sujeito tem, segundo Skliar (2013) “uma relação natural ao penetrar no mundo dos conceitos que as constituem, a aprendizagem é informal” já no caso da aquisição de uma segunda língua “a aquisição é sistemática, o ambiente é artificial, o aprendiz se vê num quadro de elaboração constante, intencional sobre a adequação daquilo que se deve fazer”.

Nesse sentido, torna-se evidente que a Língua de sinais deve ser a L1

aprendida pelas pessoas surdas e sua L2 virá a ser a língua em aquisição. Dessa forma a aquisição da L1 ocorre de forma natural e na interação do dia a dia de forma espontânea, em contrapartida o aprendizado é consciente pois o sujeito precisa se atentar às regras dessa nova língua. Assim sendo, Müller (2006) faz referência ao papel de cada uma dessas línguas para o sujeito surdo:

A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (Müller, 2006, pág. 24)

Pode-se inferir que a palavra chave para a aprendizagem da L2 de alunos surdos seja contextualizar o ensino para que esse discente possa compreender melhor. Assim como inserir exemplos que estejam de acordo com a sua cultura e em seu dia a dia, dessa forma o aprendizado flui melhor. Não obstante, como diz Skliar (2013) “a educação bilíngue para surdos, como qualquer projeto/proposta educacional não pode ser neutra nem opaca” nesse sentido é de suma importância que os pais, a comunidade escolar e o Estado estejam de acordo e cientes que esses alunos precisam ter consciência social e política de seus direitos.

Nesse sentido, um país como o Brasil, com projetos de educação bilíngue para surdos precisa pôr em prática as diretrizes que estão no Decreto 5626 de 2005 que trata do acesso à educação bilíngue nesse território. Assim como consta no Art.22 do Decreto “As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:”

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (Decreto 5626 Art. 22)

Entretanto, ao que se sabe e foi vivenciado nessa pesquisa, a realidade na escola campo não é bem assim, há lugares em que a educação bilíngue está apenas no papel, e nesse cenário nossas crianças vão crescendo sem letramento em nenhuma das duas línguas. Pois acabam por não ser alfabetizados em sua

língua materna (língua de sinais) e conseqüentemente não desenvolvem a leitura e escrita do Português, que é um direito garantido em lei para todos os cidadãos brasileiros.

Nesse viés, Skliar (2013) demonstra muito bem essa realidade quando diz que “isto pode ser ilustrado se considerarmos os mecanismos, às vezes somente burocráticos, através dos quais se inclui a língua de sinais nos projetos institucionais”. Assim, o que foi promulgado por lei aos sujeitos surdos, na prática da escola pouco se aplica, e o que de fato encontra-se, é o contrário do que lhes é assegurado, problemas como a falta de formação adequada aos professores e a ausência de intérpretes nas escolas, para executar a educação bilíngüe. Como também a ênfase do oralismo na escolarização dos surdos que ocorre de forma disfarçada na aplicação da Educação Especial que esses sujeitos foram incluídos a partir do modelo de ensino proposto pela SEDUC/PA.

Diante dessas problemáticas é imprescindível considerar as questões de identidade e cultura surda, haja vista que estão interligadas no processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Afinal, o ensino da língua de sinais deve ser um processo reflexivo sobre a própria língua. Nesse sentido, o aluno precisa estar inserido em um meio que abra seus olhos sobre a sua cultura desde criança e não apenas ao oralismo dominante, como ocorre na maioria das famílias e escolas do nosso país, em que não há uma real efetivação da educação bilíngüe. Mas esse processo não pode estar atrelado apenas ao ambiente escolar, a família também precisa estar ciente de seu papel e auxiliar essa criança em seu processo de aprendizado. Dado que de acordo com o pesquisador Skliar (1997):

As crianças surdas, se convenientemente expostas, adquirem a linguagem de sinais como toda criança adquire qualquer linguagem natural. Pôr a linguagem de sinais ao alcance de todos os surdos deveria ser o princípio linguístico a partir do qual se tornaria possível um projeto educacional mais amplo. Mas esse processo não deve ser considerado apenas um problema escolar/institucional, nem uma decisão que afeta nada mais do que um certo plano da estrutura pedagógica, e muito menos uma questão a resolver através de recursos metodológicos. (Skliar 1997, pág. 50)

Assim sendo, faz-se necessário uma atuação da educação bilíngüe com práticas e significações pensadas nos diferentes contextos históricos e culturais da pessoa surda. Para que assim essa prática pedagógica possa transformar algumas relações sociais, culturais e institucionais que surgiram através dos tempos sobre as representações do sujeito surdo, em muitos momentos de forma

pejorativa e deficiente, colocando-os como menos capacitados. Como foi o caso da inclusão dos sujeitos surdos na Educação especial, pois assim como diz Skliar (2013):

A educação especial para surdos parece não ser um marco adequado para uma discussão significativa sobre a educação de surdos. Mas, ela é o espaço habitual onde se produzem e se reproduzem táticas e estratégias para a naturalização dos surdos em ouvintes, e o local em que a surdez é disfarçada. (SKLIAR, 2013. p. 11)

Modificar a escola para ofertar o ensino regular de estudantes surdos na perspectiva da educação especial não foi o sucesso premeditado pelos governantes. Visto que, nessa “nova” configuração o aluno surdo é inserido em uma escola que nem o conhece direito, e entre as suas metodologias não há representações nem estímulos que mostrem ao aluno “incluído” que os outros estão ao menos tentando se inserir no “seu mundo” (sua maneira de se expressar e ver o que há ao seu redor) na verdade é o estudante dito “diferente” que luta para ser aceito pelos outros, sem que haja uma via de mão dupla. Dessa maneira, não parece-nos uma educação de inclusão, e sim uma nova maneira de segregar os que deveriam ser incluídos nesse modelo educacional.

Descrever as pessoas surdas como deficientes e, conseqüentemente, considerá-las incapazes, apenas porque elas têm uma aquisição da língua diferente, é injusto. Podemos citar algumas filosofias que pautam nessa mesma perspectiva de inferiorizar, no caso o oralismo dominante que se difundiu durante anos. Essa filosofia percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva.

Porém, a análise do ouvintismo e do oralismo foi e é realizada, quase sempre como se tratasse de um poder vertical, absoluto. Ora, isso conduz a uma simplificação no entendimento da sua vigência atual e a uma leitura apenas superficial das suas estratégias explícitas - a proibição do uso da língua de sinais, o castigo corporal, as brutais metodologias de ensino da língua oral, etc. (SKLIAR, 2013. p. 16).

Percebe-se que o diferente é rechaçado, e foi basicamente isso que aconteceu com os sujeitos surdos, deixados de lado, a margem da sociedade e tratados de maneiras diferentes, até mesmo discriminados. Nesse cenário, os ouvintes são os dominantes e impõem aos “diferentes” o que acham ser o certo, como forçar o aprendizado da oralidade e proibir a sinalização. E essa é uma das características mais marcantes do ouvintismo.

Segundo Goldfeld, (1997) “O oralismo ou filosofia oralista, usa a integração da criança surda à comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral” (no caso do Brasil, o Português). Isso se dá devido à grande influência que essa filosofia teve e ainda tem no processo educacional dos surdos, o que trouxe consequências negativas para a comunidade surda como: a falta de acesso à educação de qualidade, o isolamento social e a limitação das oportunidades de desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Ou seja, a valorização das línguas de sinais, por sua vez, possibilita a inclusão e a garantia de direitos para as pessoas surdas, permitindo que elas se expressem linguisticamente, alcancem seu pleno potencial e participem ativamente da sociedade. Como profissionais, é fundamental reconhecer a importância dessas línguas como forma de comunicação e luta contra o oralismo dominante, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade linguística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo foi possível compreender a importância da língua de sinais no processo de aprendizagem da língua portuguesa como L2, visto que sua L1 servirá como suporte para sua segunda língua. Nesse contexto, é necessário que se efetivem políticas públicas que incluam e atendam às necessidades do sujeito surdo, o quanto antes, para que o ensino bilíngue na educação da pessoa surda se torne realidade.

Dessa forma, seria mais viável para a educação das pessoas surdas, abandonar o modelo de Educação Especial e colocar em prática a educação bilíngue, pois como diz o estudioso Skliar (2013) “a educação bilíngue é uma oposição à educação especial” e não um novo paradigma educacional na educação especial. Sendo assim, tiramos o sujeito do lugar de incapacidade que lhe foi imposto durante séculos, para uma nova perspectiva, em que ele tem possibilidades de aprendizado assim como os ouvintes, se houver incentivos políticos, sociais e escolares.

Portanto, faz-se necessário uma mudança nas práticas educativas, além da reorganização pedagógica curricular do modelo atual do ensino proposto pela

Secretaria de educação do estado Pará-SEDUC/PA, para que de fato o aluno surdo no ensino regular possa ter seus direitos garantidos por lei implementados no espaço escolar.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi financiado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União. Brasília, 22 dez. 2005. _____.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994. FOUCAULT, Michel.

GOLDFELD, Marcia. (1997). A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio internacionalista. São Paulo: Plexus.

LEI nº 10.346, de 24 de abril de 2002. Dispõe e sobre Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e de outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 abr. 2002.

MOTA, Leila Saraiva. Estudantes surdos de centros urbanos: o uso de signos emergentes e as implicações na aplicação escolar - 155- fl. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, UFPA, Bragança, 2020.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

QUADROS, Ronice Müller de. Ideais para ensinar português para alunos surdos / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p.

RITCHIE Jane. 2003. The Applications of Qualitative Methods to Social Research. Lewis Jane (eds.) Qualitative Research Practice: A Guide for Social Science Students and Researchers. London, Sage publications. p.24-46

SKLIAR, Carlos. (Org). Educação & Exclusão: abordagens sócio antropológicas em

Educação Especial. Porto Alegre, Mediação, 1997.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças / Carlos Skliar (org.). - 6. ed
Porto Alegre : Mediação , 2013.

SKLIAR, Carlos. Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre
pedagogia e linguística / Carlos Skliar, organizador. - 4. ed. - Porto Alegre :
Mediação, 2013.